

LEI COMPLEMENTAR Nº 23/2013

DISPÕE SOBRE O NOVO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E VENCIMENTOS DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Nilton da Silva, Prefeito Municipal de Angelina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I DO NOVO PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído por esta Lei Complementar o novo Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores do Magistério Municipal, vinculados à Administração Direta, mantendo-se a adoção do Regime Jurídico Estatutário, que obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Parágrafo único. Fica mantida a possibilidade de contratação de servidores em caráter temporário para atender a necessidade temporária da educação municipal, sempre de forma excepcional, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O Plano de Cargos constitui-se no conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura dos cargos, vencimentos e desenvolvimento dos servidores públicos do Magistério Municipal, vinculados à Administração Direta, e estrutura-se em um Quadro Geral de Cargos, segregado em Grupos Ocupacionais, composto pelo cargo de Professor, Especialista em Educação e Técnico Educacional, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. O Plano de Cargos de que trata o *caput* deste artigo será fundamentado na qualificação profissional e no desempenho, objetivando a melhoria da qualidade do serviço público municipal e a valorização dos servidores.

Art. 3º Para efeito desta Lei, considera-se:

I - Profissional do Magistério Público da Educação Básica: aquele que desempenha as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional;

II - Servidor do Magistério Municipal: os ocupantes dos cargos de Professor, Especialista em Educação ou Técnico Educacional, de qualquer um dos Níveis e Referências da Carreira;

III - Especialistas: os servidores detentores dos cargos de Especialista em Educação e Técnico Educacional, responsáveis por formar grupos operativos para trabalhar com crianças com dificuldade de aprendizagem e com a própria família, dar assessoramento técnico e pedagógico, bem como efetuar o desenvolvimento de atividades de pesquisa, planejamento, supervisão, controle, organização e divulgação de dados, avaliação e capacitação, na respectiva área de habilitação, inerentes ao Sistema de Ensino Municipal e das unidades escolares.

IV - Professor: o servidor responsável pelo desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, através da ministração direta de aulas, produção e organização de processos de auto-aprendizagem e a participação no processo de planejamento, avaliação e capacitação do Sistema de Ensino Municipal e das unidades escolares.

V - Professor Leigo: o ocupante do cargo de Professor, sem Habilitação Específica, com vencimento fixado nos termos do Anexo II, desta Lei, para efeito da aplicação da paridade nos proventos de aposentadoria, observada a aplicação do art. 24, §5º desta Lei;

VI - Professor Titular: é o servidor diretamente responsável pela classe ou disciplina no desenvolvimento de atividades de ensino e de aprendizagem, em especial as de recuperação contínua, oferecidas a alunos dos ensinos infantil e fundamental, com vistas à superação de dificuldades e necessidades identificadas em seu percurso escolar.

VII - Professor Auxiliar (Segundo Professor): é o servidor que tem como função precípua apoiar o Professor Titular, responsável pela classe ou disciplina no desenvolvimento de atividades de ensino e de aprendizagem, em especial as de recuperação contínua, oferecidas a alunos dos ensinos infantil e fundamental, com vistas à superação de dificuldades e necessidades identificadas em seu percurso escolar.

VIII - Plano de Cargos do Magistério Municipal: conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura dos cargos;

IX - Quadro Geral dos Cargos do Magistério Municipal: o conjunto de cargos de carreira, composto por Professores e Especialistas, todos pertencentes à Administração Municipal Direta;

X - Área de Atuação: é a subdivisão do cargo de Professor, observada a indicação do exercício no Ensino Infantil ou Ensino Fundamental/Séries Iniciais;

XI - Cargo: é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades que devem ser cometidas ao servidor, observada a área de atuação e formação profissional;

XII - Lotação: é o órgão no qual o servidor, após designado, deverá desempenhar as suas atribuições;

XIII - Padrão de Vencimento Inicial do Cargo: consiste na posição do valor fixado para o vencimento inicial do cargo, em conformidade com a escolaridade exigida;

a) Nível Graduação II: Referência "A", para o cargo de Professor, conforme Anexo II;

b) Nível Pós-Graduação I: Referência "A", para o cargo de Especialista em Educação, conforme Anexo II;

c) Nível Pós-Graduação I: Referência "A", para o cargo de Técnico Educacional, conforme Anexo II;

XIV - Referências: consiste na subdivisão dos Padrões de Vencimento, em graduação ascendente, motivada pela progressão horizontal por antiguidade, observadas as disposições específicas contidas nesta Lei, no total de 08 (oito) alíneas, indicadas pelas referências "A" a "H";

XV - Nível: consiste na subdivisão dos Padrões de Vencimento, em graduação ascendente, motivada pela progressão vertical por titulação, observadas as disposições específicas contidas nesta Lei, no total de:

a) 04 (quatro) para o cargo de Professor, indicadas pelos algarismos "II" a "V";

b) 03 (três) para os cargos de Especialista em Educação e Técnico Educacional, indicadas pelos algarismos "I" a "III";

XVI - Remuneração: corresponde à soma do vencimento com os adicionais de caráter individual e demais vantagens temporárias, nestas compreendidas as relativas à natureza ou ao local de trabalho;

XVII - Vencimento: consiste no valor estipulado para cada cargo, observada a aplicação da Tabela de Padrões de Vencimento Inicial, compreendendo o pagamento da hora aula acrescido da hora atividade (extraclasse), especificado em virtude da carga horária, escolaridade e complexidade das atribuições e o posicionamento nas Referências pela concessão de progressão horizontal por antiguidade e vertical por titulação;

XVIII - Vencimentos: a soma do vencimento básico com as vantagens de caráter permanente, relativas ao desempenho do cargo;

XIX - Hora aula: período de tempo reservado exclusivamente à regência de classe, que visa à realização de procedimentos adequados para o processo de ensino e aprendizagem.

XX - Hora atividade (extraclasse): período de tempo destinado ao docente para desenvolvimento de atividades extraclasse, reservado a estudos, planejamento, aperfeiçoamento profissional ou aprofundamento do conteúdo a ser ministrado, correção de provas, avaliação de trabalhos, controle de frequência e registro de nota, bem como o atendimento de alunos, pais e outros assuntos de interesse da comunidade escolar, observada a proposta pedagógica de cada unidade escolar.

§1º O Nível I - Magistério, contido no Anexo II, resta lançado para efeito do enquadramento dos profissionais do magistério que tenham ingressado com tal grau de escolaridade na Administração Municipal, por força da aplicação da Lei nº 481/86 e também para efetiva correspondência do enquadramento dos proventos dos servidores inativos.

§2º O detentor do cargo de Professor, que tenha ingressado na Administração Municipal, sob a égide da Lei nº 481/86, com escolaridade de Licenciatura Curta, será alocado na tabela correspondente ao Nível de Graduação.

Art. 4º São partes integrantes do Plano de Cargos e Vencimento:

I - Anexo I - Do Quadro Geral dos Cargos do Magistério Municipal da Administração Direta, que contém os Cargos existentes, segregados em Áreas de Atuação com as respectivas cargas horárias, vagas ocupadas, vagas disponíveis e vagas totais;

II - Anexo II - Do Plano de Carreira, que contém a fixação dos Padrões de Vencimento Inicial e as Referências conforme as progressões horizontais e verticais;

III - Anexo III - Do Manual de Atribuições dos Cargos do Magistério Municipal.

CAPÍTULO II DA POLÍTICA NORTEADORA DO PLANO DE CARGOS

Art. 5º A política norteadora do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Magistério Municipal, vinculados à Administração Direta, é fundada nos princípios de flexibilidade e maximização da realização do potencial individual do servidor, e tem por objetivos:

I - efetivar a valorização do servidor pelo reconhecimento dos esforços individuais na direção do crescimento profissional;

II - proporcionar aos servidores pleno conhecimento das oportunidades de crescimento na carreira;

III - estabelecer um clima organizacional participativo e de confiança mútua entre a Administração e o servidor, sobre as perspectivas de desenvolvimento profissional;

IV - motivar e encorajar o servidor na exploração de sua capacidade em busca de maior conhecimento e desenvolvimento profissional;

V - criar condições para o desenvolvimento e manutenção de talentos no serviço público municipal.

Art. 6º A Carreira do Magistério Municipal caracteriza-se pelo exercício de atividades permanentes, voltadas especialmente para:

I - o pleno desenvolvimento do educando e o seu preparo para o exercício da cidadania;

II - a gestão democrática da Educação Infantil, Educação Especial e Ensino Fundamental;

III - a garantia do padrão de qualidade da aprendizagem.

CAPÍTULO III DO PROVIMENTO DOS CARGOS PÚBLICOS SEÇÃO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 7º Os cargos públicos classificam-se em cargos de carreira de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão.

SEÇÃO II

DOS CARGOS DE PROVIMENTO COMISSIONADO

Art. 8º Os cargos de provimento em comissão são de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal, no âmbito do Poder Executivo.

§1º As quantidades, denominações e fixação dos subsídios dos cargos de provimento comissionado, são os constantes das leis de estrutura administrativa do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações.

§2º Os cargos de provimento em comissão serão preenchidos, preferencialmente, por servidores detentores de cargos de provimento efetivo.

SEÇÃO III DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Art. 9º São requisitos básicos para a investidura em cargo público de caráter efetivo:

- I - a aprovação em concurso público, de provas ou de provas e títulos;
- II - a prova da nacionalidade, observado o contido no art. 12 da Constituição da República;
- III - o gozo dos direitos políticos;
- IV - a quitação com as obrigações militares, para os homens;
- V - a quitação com as obrigações eleitorais;
- VI - a idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- VII - o nível de escolaridade exigido por lei para o exercício do cargo;
- VIII - a comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo, mediante avaliação pericial realizada pela Junta Médica Oficial;
- IX - declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de cargos, empregos ou funções públicas, inclusive se já aposentado em outro cargo ou emprego público;
- X - declaração de ausência de impedimento de exercício de cargo, emprego ou função pública.

Parágrafo único. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

Art. 10 Os cargos de provimento efetivo do Magistério Municipal, constantes do Anexo I - Quadro Geral dos Cargos do Magistério Municipal da Administração Direta, nos termos desta Lei, serão preenchidos:

- I - por nomeação, precedida da aprovação em concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da Constituição da República;
- II - pelas demais formas de provimento, indicadas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§1º O provimento dos cargos efetivos no âmbito do Poder Executivo, dar-se-á, exclusivamente, por ato do Prefeito Municipal, ou por ato de preposto definido em Lei.

§2º O total de vagas existentes, ocupadas e em aberto para cada cargo de provimento efetivo estão contidas no Anexo I, desta Lei.

Art. 11 Fica homologado e reconhecido a existência do seguinte conjunto de vagas para o Magistério Municipal:

- I - 60 (sessenta) vagas para o cargo de Professor;
- II - 01 (uma) vaga para o cargo de Especialista em Educação;
- III - 01 (uma) vaga para o cargo de Técnico Educacional.

Art. 12 Após a edição desta Lei somente será realizado concurso público para o cargo de Professor, contido na Carreira do Magistério Municipal, no Nível de graduação.

§1º A contratação de servidores em caráter temporário, para o exercício de funções do magistério, exclusivamente da educação infantil e nos 05 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental (séries iniciais), excepcionalmente poderá ser realizada no Nível Magistério ou Nível Médio, na modalidade Normal.

§2º Aos contratados temporariamente no nível Magistério ou Nível Médio na modalidade normal, será devido a título de remuneração, o valor correspondente ao Nível I (Magistério), Referência "A", do cargo de Professor.

Art. 13 É proibida a prestação de serviços gratuitos, ressalvadas, no entanto, as seguintes modalidades:

- I - a participação em comissões ou grupos de trabalho para elaboração de estudos ou projetos de interesse da comunidade;
- II - o exercício do trabalho voluntário, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade, de acordo com o, expressamente, definido na Lei Federal Nº 9.608, de 18/02/98.

SEÇÃO IV DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 14 Para operacionalizar a realização do concurso público a Administração Municipal deverá observar as disposições contidas no Estatuto dos Servidores Públicos e quanto à participação das pessoas portadoras de deficiência, as disposições contidas nos artigos 15 a 20 desta Lei.

Parágrafo único. O Edital do Concurso deverá obrigatoriamente prever que o candidato possua pleno conhecimento do disposto nesta Lei, especialmente no tocante às disposições relativas ao deferimento das promoções por antiguidade.

Art. 15 Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de inscrição em concurso público para provimento de cargo efetivo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

Art. 16 Consideram-se deficiências aquelas definidas pela medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que constituam inferioridade que implique grau acentuado de dificuldade para a integração social.

Art. 17 Os editais de abertura de concurso público deverão reservar às pessoas portadoras de deficiência até cinco por cento das vagas por cargo nele oferecidas, ou das que vierem a surgir no prazo de validade do concurso.

Parágrafo único. Na definição do número de vagas decorrente da aplicação do percentual à que se refere o *caput*, utilizar-se-á arredondamento para o número inteiro imediatamente superior à fração decimal obtida.

Art. 18 Os editais de abertura de concursos deverão explicitar as condições para a inscrição das pessoas portadoras de deficiência e indicar onde poderão obter a lista de atribuições do cargo para o qual pretendam se inscrever.

§1º Por ocasião da inscrição o candidato deficiente deverá declarar que conhece os termos do edital e que é portador de deficiência para fins de reserva de vaga.

§2º A necessidade de intermediários permanentes para auxiliar na execução das atribuições do cargo pelo portador de deficiência é impeditiva à inscrição no concurso.

§3º Não impede a inscrição ou o exercício do cargo a utilização de material tecnológico de uso habitual ou a necessidade de preparação do ambiente físico.

Art. 19 A pessoa portadora de deficiência deverá submeter-se à avaliação com o objetivo de ser verificada a compatibilidade ou não da deficiência de que é portadora com o exercício do cargo que pretende ocupar.

Parágrafo único. A avaliação de que trata o *caput* deverá ser realizada por equipe multidisciplinar designada no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, antes da homologação da inscrição pretendida.

Art. 20 Na inexistência de candidatos habilitados para todas as vagas destinadas às pessoas portadoras de deficiência, as remanescentes serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados, observada a ordem de classificação.

CAPÍTULO V DAS CARREIRAS SEÇÃO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 21 O ingresso na Carreira dar-se-á no Padrão Inicial de Vencimento do cargo para o qual o servidor foi concursado, nomeado e empossado, nos termos dos procedimentos definidos no Estatuto dos Servidores Públicos do Magistério Municipal.

SEÇÃO II DOS GRUPOS OCUPACIONAIS

Art. 22 Os cargos de provimento efetivo do Magistério Municipal serão organizados em 2 (dois) Grupos Ocupacionais, em conformidade com a formação e qualificação profissional e graus de complexidade e responsabilidade das atribuições, que compreendem:

- I - Grupo Ocupacional Professor:
 - a) Educação Infantil;
 - b) Ensino Fundamental Séries Iniciais;
- II - Grupo Ocupacional Especialistas:
 - a) Especialista em Educação
 - b) Técnico Educacional.

Parágrafo único. As atribuições dos cargos efetivos dispostos nos Grupos Ocupacionais indicados no caput deste artigo, estão definidas no Anexo III - Do Manual de Atribuições dos Cargos da Educação Municipal.

SEÇÃO III DOS PADRÕES INICIAIS DE VENCIMENTO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA O ENQUADRAMENTO

Art. 23 O Plano de Cargos e Vencimentos do Magistério Municipal de Angelina é constituído de 02 (dois) Padrões Iniciais de Vencimento, cujo valor pecuniário é fixado na forma da Referência "A", nos termos do Anexo II desta Lei.

§1º O cargo de Professor iniciará sempre sua Carreira no Padrão Inicial de Vencimento, correspondente ao Nível de Graduação, excetuando-se o posicionamento no Nível Médio/Magistério para efeito da realização de contratações temporárias, nos termos do §1º do art. 12 desta Lei.

§2º Os cargos de Especialista em Educação e Técnico Educacional será composto de um Padrão Inicial de Vencimento, correspondente ao Nível de Pós-Graduação.

§3º Ressalvadas as decorrentes da aplicação do Plano de Cargos, são inadmissíveis desigualdades de vencimento em face de adoção de critérios de admissão baseados em sexo, idade, cor, estado civil ou credo religioso.

§4º Fica vedado o pagamento de vencimento inferior ao piso nacional do magistério, para os detentores de cargos do Quadro do Magistério Municipal, contido no Anexo I - desta Lei, para jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

§5º A observância obrigatória do piso nacional do magistério, nos termos da Lei federal Nº 11.738/2008, aplica-se aos servidores do magistério, com a formação mínima em Nível Médio, na modalidade Normal.

§6º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

- I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;
- II - os requisitos para a investidura;
- III - as peculiaridades dos cargos.

§7º O Padrão de Vencimento Inicial contido no Anexo II desta Lei, fixado para os Professores Leigos, tem apenas efeito para a realização do enquadramento dos proventos de aposentadoria dos servidores inativos e pensionistas com paridade.

Art. 24 Fica autorizada a incorporação da parcela denominada Regência de Classe, criada na forma da Lei municipal nº 1058/2008, ao vencimento básico do cargo de Professor, nos termos do Anexo II.

Art. 25 O valor da incorporação corresponderá ao valor recebido a título de Regência de Classe na posição de 31/12/2013.

Art. 26 Fica autorizado o reenquadramento dos servidores detentores do cargo de provimento efetivo de Professor ao novo Plano de Carreira instituído por esta Lei, a partir de 01/01/2014, observado o resultado do vencimento de cada um dos servidores após a incorporação prevista no art. 24 desta Lei, acrescido do índice de revisão geral fixado no art. 58, inciso I, adequando-se o novo valor do vencimento base no Nível e na Referência equivalente, em conformidade com os valores constantes no Anexo II - do Plano de Carreira.

§ 1º Os servidores do Magistério Municipal que se encontrem empossados e estáveis até a data da edição desta Lei serão enquadrados no Nível a que corresponde sua Titulação na posição de 31/12/2013, conforme o Anexo II deste Plano de Carreira.

§ 2º Os servidores do Magistério Municipal que se encontrem empossados e não estáveis, até a data da edição desta Lei, serão enquadrados no Nível a que corresponde sua Titulação de ingresso, conforme o Anexo II deste Plano de Carreira.

§3º Os servidores do Magistério Municipal que, após a incorporação da verba referida no art. 24 desta Lei, obtiverem valor de vencimento base sem correspondência equivalente na Tabela constante do Anexo II - Do Plano de Carreira, observada a promoção por antiguidade definida no art. 35 desta Lei, serão enquadrados na Referência imediatamente subsequente, evitando-se qualquer redução de vencimento.

§4º Os servidores do Magistério Municipal que, após a incorporação da verba referida no art. 24 desta Lei, obtiverem valor de vencimento base maior que o constante da Referência "H" da tabela do Anexo II - Do Plano de Carreira não terão seu vencimento base reduzido, sendo-lhe garantida à percepção deste vencimento, acrescido da concessão da revisão geral anual, fixada nos termos do art. 58, inciso I desta Lei.

§5º Aos servidores que se mantiverem posicionados fora da última Referência de seu cargo, será assegurada, a partir de 01/01/2015 o pagamento dos índices de revisão geral e reajustes conferidos aos demais servidores.

Subseção Única Do Enquadramento dos Servidores Ativos

Art. 27 Os atuais servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Magistério Municipal serão, a partir de 01/01/2014, automaticamente posicionados e enquadrados nos cargos contidos no Anexo I desta Lei, na Referência correspondente ao

tempo de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo, ocupado na posição de 31 de dezembro de 2013, e observada à incorporação da parcela Regência de Classe nos termos do art. 24 desta Lei.

Art. 28 O tempo de efetivo exercício reconhecido para efeitos do enquadramento compreende a data de início do exercício no cargo de provimento efetivo ocupado e 31/12/2013, observada a aplicação dos parágrafos deste artigo, da seguinte forma:

- I - até seis anos, na Referência "A";
- II - mais de seis anos e até doze anos, na Referência "B";
- III - mais de doze anos e até dezoito anos, na Referência "C";
- IV - mais de dezoito anos e até vinte e quatro anos, na Referência "D";
- V - mais de vinte e quatro anos e até trinta anos, na Referência "E";
- VI - mais de trinta anos e até trinta e seis anos, na Referência "F";
- VII - mais de trinta e seis anos e até quarenta e dois anos, na Referência "G";
- VIII - mais de quarenta e dois anos e até quarenta e oito anos, na Referência "H";
- IX - mais de quarenta e oito, na Referência "I".

§1º O servidor que na data de edição desta Lei ocupa cargo de provimento efetivo e que tenha se utilizado do art. 5º da Lei Nº 568/90 poderá computar para efeito de enquadramento nas Referências o período de natureza celetista, imediatamente anterior à adoção do Regime Jurídico Único pelo Município de Angelina.

§2º A disposição contida nos §1º deste artigo apenas poderá ser adotada caso o tempo de serviço do servidor perante o Poder Executivo do Município de Angelina tenha se dado de forma ininterrupta e no exercício das mesmas atribuições funcionais.

§3º O servidor ocupante de cargo com regime estatutário que foi recepcionado pelo Regime Jurídico Único instaurado pela Lei Nº 568/90 e que na data de edição desta Lei se encontra provendo o mesmo cargo efetivo de forma ininterrupta, perante o Poder Executivo do Município de Angelina, poderá computar para efeito de enquadramento nas Referências, todo o período nesta condição.

§4º Os seguintes períodos laborados frente ao Município de Angelina não serão computados para efeito de enquadramento:

- I - os laborados na condição de servidor temporário;
- II - os laborados exclusivamente na condição de servidor comissionado ou agente político;
- III - os laborados em cargo de provimento efetivo distinto do provido na posição de 31 de dezembro de 2013, ressalvadas as disposições dos §1º a §3º deste artigo.

§5º O servidor que legalmente acumular cargos de provimento efetivo será respectivamente enquadrado em cada uma de suas matrículas, observados os períodos funcionais de cada uma.

Art. 29 Na hipótese do enquadramento indicado no art. 28 desta Lei resultar em vencimento inferior ao percebido na posição de 31/12/2013, o servidor será enquadrado na Referência correspondente ao vencimento igual ou imediatamente superior.

Parágrafo único. A apuração do vencimento, para efeito de enquadramento, deve se dar após a aplicação da disposição contida no art. 26 desta Lei e da aplicação do índice de revisão geral, disposto no art. 58, inciso I, sobre o vencimento de dezembro de 2013.

Art. 30 O ocupante de cargo de provimento efetivo do Magistério Municipal que se encontre em licença sem remuneração apenas será enquadrado quando reassumir o exercício de seu cargo.

Art. 31 Os atos de enquadramento dos atuais servidores para o Quadro Geral de Cargos do Magistério Municipal, contido no Anexo I, com o reconhecimento da progressão por antiguidade automática e do Nível de Titulação, serão expedidos por Decreto do Prefeito Municipal.

Parágrafo único. Os atos de enquadramento, quando coletivos, serão expedidos por meio de Portaria, sob a forma de listas nominais, estabelecido o início da vigência para 01/01/2014.

Art. 32 O servidor poderá requerer ao Prefeito Municipal a revisão do seu enquadramento, em decorrência de erro, omissão ou outro assemelhado, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação das listas nominais de enquadramento ou dos atos de enquadramento individual, mediante petição fundamentada.

§1º O Prefeito Municipal, decidirá sobre o pedido no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data de protocolização da petição.

§2º Em caso de provimento do pedido de revisão, os efeitos da decisão retroagirão à data de início da vigência do enquadramento.

SEÇÃO IV DAS REFERÊNCIAS

Art. 33 Cada Padrão de Vencimento é subdividido em 8 (oito) Referências, correspondentes às letras "A" a "H", alocadas horizontalmente, conforme Anexo II desta Lei.

Parágrafo único. As Referências são utilizadas exclusivamente para a operacionalização da promoção por antiguidade, indicada no art. 35 e seguintes desta Lei.

CAPÍTULO VI DAS PROMOÇÕES

Art. 34 Os servidores públicos detentores de cargo de provimento efetivo de Professor, Especialista em Educação e Técnico Educacional, que se encontrarem empossados até a data de promulgação desta Lei e os que forem empossados

posteriormente a esta data, usufruirão mediante a implementação dos requisitos necessários, as seguintes promoções:

- I - promoção por antiguidade;
- II - promoção vertical por titulação.

SEÇÃO I DA PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE

Art. 35 Os servidores públicos do Magistério Municipais, detentores de cargo de provimento efetivo, terão desenvolvimento na Carreira, sob as condições expressas definidas no Estatuto dos Servidores Públicos do Magistério Municipal, e nesta Lei, sob a modalidade promoção por antiguidade.

Art. 36 A promoção por antiguidade consiste na passagem do servidor de um padrão de Referência para o imediatamente superior, acrescido em 6% (seis por cento).

§1º A promoção indicada no *caput* se dará automaticamente, para o servidor municipal efetivo e estável, a cada período aquisitivo de apuração de 06 (seis) anos completos de efetivo exercício, observada a disposição do art. 38 desta Lei.

§2º A data de início do cômputo do primeiro período aquisitivo fixado no §1º deste artigo, para os servidores efetivos vinculados à Administração Municipal, na data de início de vigência desta Lei, é a data registrada nos assentos funcionais como data da posse no cargo que ocupam na posição de 31/12/2013.

Art. 37 A promoção por antiguidade é composta de 08 (oito) Referências, contidas em cada cargo, nos termos da Tabela que compõe o Anexo II, desta Lei.

Parágrafo único. Em cada promoção por antiguidade o servidor não poderá ascender mais de uma Referência.

Art. 38 O período aquisitivo de apuração indicado no §1º do art. 36 será suspenso, quando o servidor:

I - gozar licença sem a percepção de remuneração, em qualquer de suas modalidades;

II - gozar licença remuneradas:

a) para tratamento de saúde, por período consecutivo superior a 60 (sessenta) dias;

b) qualquer outra licença remunerada em período superior a 03 (três) meses consecutivos, excetuada a disposição contida na alínea "a" deste artigo, a licença concedida para o cumprimento do mandato de dirigente do Sindicato dos Servidores Municipais e a Licença Maternidade;

III - licenciar-se para prover cargo comissionado em outra unidade da Federação.

§1º O servidor que suspender o período aquisitivo de apuração da progressão contida nesta Subseção, nos termos do *caput* deste artigo:

I - terá o tempo de serviço funcional laborado antes do gozo da licença computado para efeito de formação do período aquisitivo de apuração;

II - deverá laborar pelo período remanescente após o retorno da licença, a fim de totalizar o período aquisitivo de apuração indicado no §1º do art. 36 desta Lei.

§2º O período de gozo de férias será computado para efeito da composição do período aquisitivo de apuração da progressão contida nesta Subseção.

§3º A disposição do inciso II, alínea "a" do *caput* deste artigo não se aplica às licenças concedidas pela ocorrência de acidente em serviço devidamente registrado nos assentos funcionais.

Art. 39 O período em que o servidor efetivo exerça nesta condição cargo comissionado ou função de confiança perante a Administração Municipal, será computado automaticamente para efeito da formação do período aquisitivo de apuração da progressão por antiguidade, constante do §1º do artigo 36 desta Lei.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no *caput* deste artigo aos servidores detentores de cargo de provimento efetivo que sejam nomeados para exercer o cargo de Secretário Municipal.

Art. 40 O período em que o servidor estiver removido, cedido, com ou sem ônus para a origem, à unidades da Administração Federal e Estadual será computado para efeito da formação do período aquisitivo de apuração da promoção por antiguidade.

Art. 41 O servidor que sofrer as penalidades administrativas de advertência ou suspensão perderá, para efeito de concessão da promoção por antiguidade, todo o período aquisitivo adquirido até a data de aplicação da pena.

Parágrafo único. O novo período aquisitivo de apuração da progressão por antiguidade iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte ao término do cumprimento da pena.

Art. 42 Aos que ingressarem no serviço público municipal após a edição desta Lei ou para aqueles que já se encontrarem provendo cargos efetivos e que optarem pela nomeação e exercício em novo cargo de provimento efetivo, após aprovação em concurso público, fica estabelecido que, para efeito da implementação e pagamento da promoção por antiguidade no cargo novo:

I - o cômputo do primeiro período aquisitivo de apuração de seis anos de efetivo exercício, iniciar-se-á a partir da data de início do exercício no novo cargo que ensejar o pagamento da promoção;

II - o pagamento se dará, automaticamente, a partir do mês em que completar o período aquisitivo de apuração indicado no §1º do art. 34 desta Lei;

III - fica vedado o aproveitamento de qualquer tempo de serviço público anterior, exercido sob qualquer natureza e em qualquer unidade da Federação, incluído o laborado no Município de Angelina.

Art. 43 Os servidores efetivos que na data de sancionamento desta Lei já possuírem períodos aquisitivos completos para a percepção da promoção por antiguidade, serão enquadrados na forma do art. 28 e seguintes desta Lei.

Parágrafo único. Para efeito da ocorrência da primeira progressão por antiguidade, dos servidores indicados no *caput*, a ser concedida nos termos desta Lei, fixa-se que os interstícios necessários têm início a partir do enquadramento do servidor no Plano de Cargos e Vencimentos.

SEÇÃO II DA PROGRESSÃO VERTICAL POR TITULAÇÃO

Art. 44 O servidor do Magistério Municipal estável que, na data da edição desta Lei, se encontre no Nível de Magistério e que conclua curso de graduação - licenciatura plena, progredirá verticalmente para o nível subsequente de graduação, mantendo-se a referência horizontal em que se encontre.

§1º A progressão vertical por titulação será realizada para os Níveis de Pós-Graduação *lato e stricto sensu* nos mesmos termos definidos no caput.

§2º A promoção vertical por titulação para qualquer dos Níveis acresce ao vencimento base do servidor do magistério público municipal o valor correspondente a 10% (dez por cento).

Art. 45 O servidor do magistério municipal não fará jus a percepção do Adicional por Nova Escolaridade/Titulação, contido no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 46 Somente serão levados em consideração, para efeito da progressão contida nesta Seção os cursos de pós-graduação *lato sensu* (Especialização), com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) e registro no MEC.

Parágrafo único. As pós-graduações indicadas no caput poderão recepcionadas na modalidade de Educação a Distância.

Art. 47 Somente serão levados em consideração, para efeito da progressão contida nesta Seção os cursos de Mestrado e Doutorado com registro no MEC e na modalidade presencial.

Art. 48 Aos inativos não será concedida após a edição do ato aposentatório a progressão definida nesta Seção, sendo respeitado para efeito de enquadramento dos proventos a habilitação definida para o cargo que originou o benefício e a respectiva jornada de trabalho.

CAPÍTULO VII DAS NORMAS GERAIS DE ENQUADRAMENTO PARA OS SERVIDORES INATIVOS

Art. 49 Fica assegurado o enquadramento dos aposentados, nos novos padrões de vencimento fixados por esta Lei, cujos benefícios foram concedidos na hipótese prevista nos artigos 3º e 6º da Emenda Constitucional Nº 41/2003 e do art. 3º da Emenda Constitucional Nº 47/2005, de acordo com o cargo em que foi concedido o benefício.

Parágrafo único. Aos servidores inativos e aos pensionistas, sem paridade, conforme disposição constitucional, fica assegurado até o julgamento final da ADI 4582 pelo STF, apenas a aplicação dos índices de revisão geral, fixados para os servidores ativos.

Art. 50 Os servidores inativos cujos proventos foram concedidos pelos dispositivos indicados no *caput* do art. 49 desta Lei, devem ser alocados na Tabela constante do Anexo II, observado o tempo de efetivo exercício no cargo que originou a aposentadoria, aplicáveis as disposições definidas para os servidores ativos, constantes desta Lei.

§1º Os servidores inativos cujos proventos são compostos de parcelas remuneratórias avulsas, excetuado o Adicional por Tempo de Serviço, concedido nos termos do art. 63 da Lei 725/95 ou art. 77, parágrafo único da Lei 817/99, terão aplicado sobre aquelas parcelas o índice de revisão geral ou reajuste fixado para os servidores ativos.

§2º Para o exercício de 2014, sobre as parcelas avulsas indicadas no §1º deste artigo, será aplicado o índice de revisão geral indicado no art. 58, inciso I, desta lei.

§3º O percentual do Adicional por Tempo de Serviço que compõe os proventos de aposentadoria dos servidores inativos, recairá sobre o valor do vencimento, apurado nos termos do §1º deste artigo.

Art. 51 Aplica-se aos proventos de pensão por morte as disposições contidas nesta Seção, observada a existência ou não de paridade.

Art. 52 Os Professores Leigos serão enquadrados no Padrão de Vencimento indicado na Tabela contida no Anexo II desta Lei.

CAPITULO VIII

DAS DEMAIS NORMAS SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO

Art. 53 Nenhum servidor, ativo ou inativo, poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração ou provento, importância superior à soma dos valores percebidos como subsídio pelo Prefeito Municipal.

§1º Exclui-se do limite de remuneração ou provento, no que couber, a importância percebida a título de:

- I - salário-família;
- II - gratificação natalina;
- III - 1/3 constitucional de férias;
- IV - diárias;
- V - serviços extraordinários.

§2º É vedada à vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público municipal.

Art. 54 Não será pago ao servidor:

- I - a remuneração dos dias em que tiver faltas injustificadas ao serviço;

II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, ocorridas sem a autorização da chefia imediata;

III - os vencimentos do cargo efetivo quando nomeado para o cargo em comissão, ressalvado o direito de opção, sem prejuízo de eventual gratificação, enquanto na sua permanência, na forma desta lei;

IV - a remuneração por comprovação à acumulação ilícita de cargos, empregos ou funções públicas, observado o disposto na Constituição da República;

V - a remuneração quando do exercício de mandato eletivo remunerado, federal, estadual ou municipal, havendo incompatibilidade de horários, ressalvada a possibilidade de opção.

§1º O servidor terá 48 (quarenta e oito) horas para justificar sua ausência ao trabalho, ultrapassado tal período será registrado em seu assentamento funcional a falta injustificada, com sua respectiva repercussão.

§2º Os períodos computados como atrasos, ausências e saídas antecipadas, serão somados mensalmente, e seu valor registrado em minutos, para posterior desconto, incluindo-se o repouso semanal remunerado.

Art. 55 Fica autorizada a alteração do padrão de vencimento inicial dos cargos já existentes, observada as indicações contidas nos Anexos I e II, desta Lei.

Parágrafo único. O valor fixado para o vencimento comporta o pagamento do repouso semanal remunerado.

CAPÍTULO IX DA LOTAÇÃO

Art. 56 O servidor efetivo do Magistério Municipal terá exercício no órgão em que for designado, a critério da Administração Municipal e de acordo com as atribuições definidas para seu cargo, observadas as disposições contidas no Estatuto dos Servidores Públicos do Magistério Municipal.

TÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS À REVISÃO GERAL E DA REVISÃO GERAL E DO REAJUSTE FIXADO PARA O EXERCÍCIO DE 2014

Art. 57 Para efeito da concessão da revisão geral anual, de que trata o artigo 37 inciso X da Constituição da República, fica estabelecido, que a partir de 2014, o mês de janeiro como data-base.

Parágrafo único. A fixação do piso municipal dos servidores públicos detentores de cargo de provimento efetivo deve ser realizada por lei editada no mês de dezembro de cada ano.

Art. 58 Para efeito da concessão da revisão geral anual de que trata o artigo 37 inciso X da Constituição da República, referente ao ano de 2013, a ser concedida a partir de 01/01/2014, fica estabelecido:

I - que o valor dos vencimentos dos servidores públicos efetivos fica revisado pela variação acumulada do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor apurado pelo IBGE como índice de inflação no intervalo de março de 2013 a outubro de 2013, correspondente a 2,7605%;

II - que o valor dos subsídios fixados para os agentes políticos fica revisado nos termos do inciso I deste artigo;

III - que o valor dos subsídios fixados para os cargos comissionados fica revisado nos termos do inciso I deste artigo;

IV - que o valor dos proventos de aposentadoria e pensão, pagos com paridade pelo Tesouro Municipal, ficam revisados nos termos do inciso I deste artigo;

V - que o valor dos proventos de aposentadoria e pensão pagos, com paridade pelo ANGEPREV, ficam revisados nos termos do inciso I deste artigo;

VI - que o valor dos proventos de aposentadoria e pensão pagos sem paridade pelo ANGEPREV, nos termos da ADIN Nº 4582, ficam revisados nos termos do inciso I deste artigo;

VII - que o valor da remuneração dos que desenvolvem atividades temporárias vinculadas aos Programas subsidiados pelo Governo Federal, ficam revisados nos termos do inciso I deste artigo;

VIII - que o valor das funções gratificadas incorporadas fica revisado nos termos do inciso I deste artigo.

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 59 A progressões contidas nos artigos 47 a 57 da Lei municipal Nº 817/99 ficam expressamente revogadas.

Art. 60 O Prefeito Municipal baixará, por decreto, os regulamentos necessários à execução da presente lei.

Art. 61 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, e seus efeitos aplicam-se a partir de 01/01/2014, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Nº 817/99.

Angelina, 23 de Dezembro de 2013

Jose Nilton da Silva
Prefeito Municipal